

## EDITORIAL – VOLUME 3, NÚMERO 2

Revista **Cultura histórica & Patrimônio***História – Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)*

Com o lançamento do segundo número do terceiro volume, a revista **Cultura histórica & Patrimônio**, do curso de História da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), alcança a sua sexta edição e preserva a busca pela qualidade e diversidade de artigos e autores com textos acerca das temáticas de patrimônio histórico e cultural, cultura política e educação patrimonial.

Agrupados em torno de abordagens sobre monumento, educação patrimonial e museu, os primeiros artigos deste número apresentam reflexões sobre a trajetória no tratamento dado pelas instituições à memória nacional e/ou local e as diferentes formas de se conceber a organização, o acesso e a preservação dos bens patrimoniais. Sobre a política preservacionista, o texto de Nelson Popini Vaz e de Felipe Côrte Real de Camargo, “Da construção da ideia de patrimônio aos seus usos na formação de uma política de preservação patrimonial no Brasil”, busca fazer uma síntese em torno das discussões sobre as concepções de patrimônio e seus desdobramentos nos discursos sobre educação patrimonial, especialmente no Brasil, durante a formação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), nas primeiras décadas do século XX.

Com o artigo intitulado “A trajetória dos monumentos: formação do conceito e valores”, Eduardo Henrique de Paula Cruvinel apresenta um breve histórico sobre os conceitos de monumento. Entendendo-o como representação de valores de uma sociedade e como testemunho de determinada cultura sob a forma material, mostra como sua capacidade narrativa excede a vida da sociedade que o originou. Enquanto construção de memória, procura perceber como os significados de um monumento pode ser apagado, destruído e reinventando, usando como exemplo a cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Refletindo sobre as relações entre patrimônio e turismo, “Memória e patrimônio: um estudo por meio dos atrativos turísticos da Usina Hidrelétrica de Itaipu em Foz do Iguaçu, PR”, de Ana Paula Perardt Farias e Poliana Fabíula Cardozo, analisa as formas como conjunto de instalações arquitetônicas da Usina de Itaipu é explorado com a finalidade de atrair turistas e promover argumentos para a preservação de sua memória institucional como identidade nacional e local.

A educação patrimonial, por meio de novas formas de se conceber o museu, é o tema que Maria Fernanda Silva Alves trata em seu texto “Entre tradições e contemporaneidades: alguns apontamentos teóricos sobre o Inhotim e a Diretoria de Inclusão e Cidadania”. Ela problematiza a organização e usos desse espaço, aliado ao patrimônio ambiental, com objetivos culturais e educativos, a partir das ações programáticas da Diretoria de Inclusão e Cidadania do Instituto Inhotim, na comunidade de Brumadinho e região, em Minas Gerais.

Preocupados com a discussão em torno da produção, dos usos e das representações acerca do patrimônio intangível, o próximo grupo de autores relaciona-o às narrativas orais e às memórias sobre os saberes, fazeres e representações culturais de comunidades locais. No artigo “O estudo interdisciplinar do patrimônio cultural: representações sociais sobre a Ilha da Rita em São Francisco do Sul/SC”, Cibele Dalina Piva Ferrari, juntamente com Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes, analisa as formas de apropriação e ressignificações na memória da população local sobre a ocupação desta base naval, assim como a constituição identitária e as formas de qualificação do lugar em seus mais diferentes aspectos patrimoniais.

As narrativas orais também revelam a valorização das práticas e saberes comunitários como formas de fortalecer laços identitários, com a produção e os usos dos bens materiais e simbólicos. Assim, Raimundo Expeditos dos Santos Sousa, em “Memória cultural e patrimônio imaterial em Barão de Cocais/MG”, trata da arte de preparar a goiabada-cascão, guloseima popular na microrregião do Médio Piracicaba. A apresentação dos modos de preparo do doce constitui uma forma de pensar o fazer artesanal como meio para se perpetuar vínculos de pertencimento e a transmissão intergeracional de conhecimentos culinários.

O papel da academia como mediadora entre os saberes e fazeres populares e a sua publicização/democratização é a temática abordada por Marta Gouveia de Oliveira Rovai, em seu artigo “Patrimônio e História Pública: relato de experiência sobre a mediação do pesquisador entre a universidade e as comunidades tradicionais de Canárias, no Maranhão”. Além da reflexão sobre as práticas e a transmissão oral da arte da pesca, a autora aponta para a necessidade de práticas preservacionistas, mediadas pelos intelectuais a partir do diálogo com as

comunidades e a divulgação de suas experiências, como forma de se pensar a cultura popular de forma democrática.

A produção cervejeira como bem intangível é abordada por Victor de Vargas Giorgi e Jorge de Oliveira Conceição Júnior no texto “A produção cervejeira como patrimônio intangível”, no qual fazem um breve histórico dos saberes e técnicas artesanais em contextos diferenciados e a importância de seus usos e significados culturais em países como a Alemanha, a Bélgica e o Brasil. Tratam, portanto, da categoria de patrimônio cultural imaterial, relacionando a produção cervejeira à Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da UNESCO, por meio da reflexão sobre seu reconhecimento, preservação e difusão como herança e recriação.

Para finalizar a seção de artigos, os últimos autores discutem temas relacionados à cultura política. Evander Ruthieri da Silva pensa o cinema no contexto após a Primeira Guerra Mundial no texto “‘Quanto tempo tenho para viver?’: imagéticas do trauma e narrativas do medo em *Das Cabinet des Dr. Caligari* (1920), de Robert Wiene”. O autor trata das práticas culturais e artísticas, dentre elas o cinema expressionista, procurando analisar as escolhas imagéticas e narrativas da obra fílmica, as quais promovem a estilização da realidade em um filme marcado por múltiplos ritmos e rupturas temporais, tendo como centro o horror dos combates.

Alexandre Carvalho de Andrade, no artigo “A modernidade e o progresso como discursos: a cidade de Pouso Alegre (MG) nas décadas de trinta e quarenta do século XX”, procura evidenciar como os discursos e práticas de caráter progressista e modernizante, proferidos pelo poder público local, valorizavam o “embelezamento da cidade”, ocultando, no entanto, as desigualdades entre áreas centrais e bairros periféricos.

Por fim, na seção de resenhas, Pedro Vagner Silva Oliveira apresenta o livro produzido pelo IPHAN, *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*, lançado em 2014. Esperamos que todos apreciem a diversidade de interpretações e pesquisas tratando do patrimônio, da educação patrimonial e da cultura política e colaborem com os próximos números, pois continuamos abertos/as a novas contribuições. Boa leitura!

Alfenas, junho de 2016.

Os editores